



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 989, DE 2014

Requeiro nos termos do Artigo 255, inciso II, alínea c, número 12 do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de resolução do Senado n.º 15, de 2014, que *Estabelece alíquotas máximas do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias incidentes sobre a prestação de serviço de comunicação referente ao acesso à internet por conectividade em banda larga*, seja remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ, por suscitar questionamentos de ordem constitucional.

JUSTIFICAÇÃO

O PRS em tela visa estabelecer alíquota máxima de 10% no ICMS incidente sobre as operações internas relativas à prestação de serviço de banda larga e justifica a medida com base no artigo 155, §2º, V, “b” da Constituição Federal, que diz ser facultado ao Senado Federal “*fixar alíquotas máximas*” de ICMS apenas em situação: “*para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados*”.

De acordo com a autora, o eventual conflito de interesse específico dos Estados repousaria na premissa de que alíquotas maiores de ICMS tornam o custo do serviço de internet mais elevado, o que faz com que Estados com alíquotas mais elevadas apresentem um desenvolvimento econômico menor.

No entanto, a nosso ver, as razões apontadas não caracterizam de forma alguma conflito específico que envolva interesse de Estados, o que torna o projeto inconstitucional.

Para resolver essa questão, entendemos fundamental encaminhar o projeto à análise da CCJ.

Sala das Sessões em,

Senador **FLEXA RIBEIRO**

(Será incluído em ordem do dia oportunamente)

Publicado no **DSF**, de 11/12/2014

Secretaria de Editoração e Publicações – Brasília-DF
OS: 15351/2014